Simulado Final

STM

Analista Judiciário - Apoio Especializado
Comunicação Social

Pós-Edital

Simulado

Simulado Final STM (Analista Judiciário - Apoio Especializado - Comunicação Social)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

*1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Apoio Especializado - Comunicação Social** do **STM**;*

2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;

3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;

*4 - Os participantes têm das **8:00h** às **13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;*

5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

https://forms.gle/PenQrowNcwahXFCq7

01 - Ⓒ Ⓔ	16 - Ⓒ Ⓔ	31 - Ⓒ Ⓔ	46 - Ⓒ Ⓔ	61 - Ⓒ Ⓔ	76 - Ⓒ Ⓔ	91 - Ⓒ Ⓔ	106 - Ⓒ Ⓔ
02 - Ⓒ Ⓔ	17 - Ⓒ Ⓔ	32 - Ⓒ Ⓔ	47 - Ⓒ Ⓔ	62 - Ⓒ Ⓔ	77 - Ⓒ Ⓔ	92 - Ⓒ Ⓔ	107 - Ⓒ Ⓔ
03 - Ⓒ Ⓔ	18 - Ⓒ Ⓔ	33 - Ⓒ Ⓔ	48 - Ⓒ Ⓔ	63 - Ⓒ Ⓔ	78 - Ⓒ Ⓔ	93 - Ⓒ Ⓔ	108 - Ⓒ Ⓔ
04 - Ⓒ Ⓔ	19 - Ⓒ Ⓔ	34 - Ⓒ Ⓔ	49 - Ⓒ Ⓔ	64 - Ⓒ Ⓔ	79 - Ⓒ Ⓔ	94 - Ⓒ Ⓔ	109 - Ⓒ Ⓔ
05 - Ⓒ Ⓔ	20 - Ⓒ Ⓔ	35 - Ⓒ Ⓔ	50 - Ⓒ Ⓔ	65 - Ⓒ Ⓔ	80 - Ⓒ Ⓔ	95 - Ⓒ Ⓔ	110 - Ⓒ Ⓔ
06 - Ⓒ Ⓔ	21 - Ⓒ Ⓔ	36 - Ⓒ Ⓔ	51 - Ⓒ Ⓔ	66 - Ⓒ Ⓔ	81 - Ⓒ Ⓔ	96 - Ⓒ Ⓔ	111 - Ⓒ Ⓔ
07 - Ⓒ Ⓔ	22 - Ⓒ Ⓔ	37 - Ⓒ Ⓔ	52 - Ⓒ Ⓔ	67 - Ⓒ Ⓔ	82 - Ⓒ Ⓔ	97 - Ⓒ Ⓔ	112 - Ⓒ Ⓔ
08 - Ⓒ Ⓔ	23 - Ⓒ Ⓔ	38 - Ⓒ Ⓔ	53 - Ⓒ Ⓔ	68 - Ⓒ Ⓔ	83 - Ⓒ Ⓔ	98 - Ⓒ Ⓔ	113 - Ⓒ Ⓔ
09 - Ⓒ Ⓔ	24 - Ⓒ Ⓔ	39 - Ⓒ Ⓔ	54 - Ⓒ Ⓔ	69 - Ⓒ Ⓔ	84 - Ⓒ Ⓔ	99 - Ⓒ Ⓔ	114 - Ⓒ Ⓔ
10 - Ⓒ Ⓔ	25 - Ⓒ Ⓔ	40 - Ⓒ Ⓔ	55 - Ⓒ Ⓔ	70 - Ⓒ Ⓔ	85 - Ⓒ Ⓔ	100 - Ⓒ Ⓔ	115 - Ⓒ Ⓔ
11 - Ⓒ Ⓔ	26 - Ⓒ Ⓔ	41 - Ⓒ Ⓔ	56 - Ⓒ Ⓔ	71 - Ⓒ Ⓔ	86 - Ⓒ Ⓔ	101 - Ⓒ Ⓔ	116 - Ⓒ Ⓔ
12 - Ⓒ Ⓔ	27 - Ⓒ Ⓔ	42 - Ⓒ Ⓔ	57 - Ⓒ Ⓔ	72 - Ⓒ Ⓔ	87 - Ⓒ Ⓔ	102 - Ⓒ Ⓔ	117 - Ⓒ Ⓔ
13 - Ⓒ Ⓔ	28 - Ⓒ Ⓔ	43 - Ⓒ Ⓔ	58 - Ⓒ Ⓔ	73 - Ⓒ Ⓔ	88 - Ⓒ Ⓔ	103 - Ⓒ Ⓔ	118 - Ⓒ Ⓔ
14 - Ⓒ Ⓔ	29 - Ⓒ Ⓔ	44 - Ⓒ Ⓔ	59 - Ⓒ Ⓔ	74 - Ⓒ Ⓔ	89 - Ⓒ Ⓔ	104 - Ⓒ Ⓔ	119 - Ⓒ Ⓔ
15 - Ⓒ Ⓔ	30 - Ⓒ Ⓔ	45 - Ⓒ Ⓔ	60 - Ⓒ Ⓔ	75 - Ⓒ Ⓔ	90 - Ⓒ Ⓔ	105 - Ⓒ Ⓔ	120 - Ⓒ Ⓔ

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

https://coruja.page.link/jJhd

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Luiz Felipe

TEXTO:

Blefes

Ninguém conhece a alma humana melhor do que um jogador de pôquer. A sua e a do próximo. Numa mesa de pôquer o homem chega ao pior e ao melhor de si mesmo, e vai da euforia ao ódio numa rodada. Mas sempre como se nada estivesse acontecendo. Os americanos falam do *poker face*, a cara de quem consegue apostar tendo uma boa carta ou nada na mão com a mesma impassividade, embora a lava esteja turbilhonando lá dentro. Porque sabe que está rodeado de fingidos, o jogador de pôquer deve tentar distinguir quem tem jogo de quem não tem e está blefando por um tremor na pálpebra, por um tique na orelha. Ou ultrapassando a fachada e mergulhando na alma do outro.

Não se trata de adivinhar seu caráter. Não é uma questão de caráter. O blefe é um lance tão legítimo quanto qualquer outro no pôquer. Os puros são até melhores blefadores, pois só quem não tem culpa pode sustentar um *poker face* perfeito sob o escrutínio hostil da mesa. Há quem diga que ganhar com um blefe supera ganhar com boas cartas e que é no blefe que o pôquer deixa de ser um jogo de azar, e portanto de acaso, e se torna um jogo de talento. Já fora do pôquer o blefe perde sua respeitabilidade. É apenas sinônimo de engodo. Geralmente aplicado a pessoas que não eram o que pareciam ou fingiam ser.

(Adaptado de: VERÍSSIMO, Luis Fernando. Às mentiras que os homens contam. São Paulo: Cia das Letras, 2015)

Com base nas informações do texto, julgue os itens a seguir.

1. No texto, afirma-se que, no pôquer, o comportamento emocional dos jogadores não é necessariamente revelado, pois as emoções podem ser escondidas sob uma aparência impassível.

2. Segundo o texto, o blefe, dentro e fora do pôquer, é uma prática considerada igualmente válida e aceitável, pois se baseia na habilidade de dissimular.

3. De acordo com o texto, é possível ao jogador experiente identificar o blefe do adversário por meio de pequenos sinais físicos ou por uma leitura profunda de sua alma.

4. Conforme o texto, o blefe no pôquer é uma prática desonesta e malvista, aceita apenas por jogadores de caráter duvidoso.

5. Na oração "Ninguém conhece a alma humana melhor do que um jogador de pôquer", o termo "do que um jogador de pôquer" exerce a função de complemento do vocábulo "melhor".

6. A oração destacada em "**Porque sabe que está rodeado de fingidos**, o jogador de pôquer deve tentar distinguir quem tem jogo de quem não tem e está blefando...", expressa um valor de causa em relação à oração subsequente.

7. No trecho "...embora a lava esteja turbilhonando lá dentro", a oração iniciada por "embora" expressa uma ideia de concessão e exerce função adverbial.

8. No trecho "...o jogador de pôquer deve tentar distinguir quem tem jogo de quem não tem e está blefando...", o verbo "distinguir" exige apenas um complemento.

9. No trecho "o jogador de pôquer deve tentar distinguir quem tem jogo de quem não tem e está blefando por um tremor na pálpebra, por um tique na orelha...", o uso da preposição "por" indica causa.

10. A expressão "poker face", usada no texto, designa de forma literal a face de quem joga pôquer.

Com base em seus conhecimentos linguísticos, julgue os itens a seguir.

11. O uso do acento indicativo de crase em "A felicidade está ligada à maneira como cada um interpreta suas experiências." é obrigatório, pois "à maneira" é uma locução feminina.

12. Em "Embora os vínculos sociais não garantam felicidade permanente, há evidências de que contribuem para uma vida mais satisfatória", o vocábulo **embora** expressa uma ideia de concessão, ou seja, contrapõe-se ao conteúdo da oração principal, sem anulá-lo.

13. Considere o seguinte trecho:

"A pesquisa indicou que, quando os vínculos afetivos são fortes, as pessoas tendem a apresentar maior satisfação com a vida."

A vírgula empregada logo após o termo "que" poderia ser suprimida sem prejuízo da correção gramatical do período.

14. Em "Há inúmeros motivos que explicam o aumento da ansiedade na população jovem", a forma verbal "há" pode ser substituída por "existem", sem prejuízo da correção gramatical ou da coerência textual.

15. Em "Era necessário que se estabelecesse um acordo entre as partes envolvidas", a colocação da partícula "se" antes do verbo "estabelecesse" justifica-se pela presença do vocábulo "que", que exige o uso da ênclise.

16. A substituição da forma "envolvidos" por "envolvidas" em "As declarações de ministros e especialistas envolvidos provocaram reações intensas" não acarretaria erro gramatical, mas alteraria o sentido da frase, pois a concordância passaria a se estabelecer com "declarações", e não mais com "ministros e especialistas".

17. A forma verbal "aprovou" poderia, sem prejuízo da correção gramatical, ser flexionada no plural — "aprovaram" em "cerca de 40% da população aprovou as novas medidas econômicas".

Com base no Manual de Redação da Presidência da República (3ª edição), julgue as assertivas a seguir:

18. Nas comunicações oficiais, a concisão é preferível à repetição de palavras ou expressões, mesmo que, para isso, se recorra a estruturas ambíguas ou vagas.

19. O padrão ofício, um dos modelos de comunicação administrativa previstos pelo Manual de Redação da Presidência da República, deve conter local e data.

20. Ao redigir um ofício dirigido a um ministro de Estado, deve-se utilizar o pronome de tratamento "Vossa Senhoria".

LEI Nº 8.457/1992 E SUAS ALTERAÇÕES

Tiago Zanolla

CONSIDERANDO A LEI N. 8.457/1992, JULGUE OS ITENS A SEGUIR:

21. Durante o julgamento de membro das Forças Armadas acusado de crime militar, o Conselho Permanente de Justiça foi instalado com apenas três membros presentes, sendo um oficial superior e dois tenentes. Nenhum juiz federal da Justiça Militar estava presente, sob a alegação de viagem institucional previamente agendada. À luz da Lei de Organização da Justiça Militar, a instalação do Conselho, nessa hipótese é válida apenas se houver designação de juiz leigo para suprir a ausência do juiz federal da Justiça Militar.

22. Durante procedimento de apuração de conduta funcional, um servidor da Secretaria da Justiça Militar, ocupante de cargo em comissão diretamente vinculado a um Ministro do STM, foi penalizado com suspensão de 45 dias por decisão do Diretor-Geral. À luz do regime disciplinar previsto para os Serviços Auxiliares da Justiça Militar, tal sanção é válida, pois o Diretor-Geral tem competência concorrente para aplicar qualquer penalidade.

23. Durante apuração de crime militar cometido por oficial das Forças Armadas, foi designado o Conselho Especial de Justiça. Após o trânsito em julgado da sentença absolutória, surgiram provas de nulidade processual e o Tribunal superior determinou a reabertura do processo com a realização de nova diligência. Diante disso, o Conselho Especial anterior deve obrigatoriamente ser recomposto com os mesmos membros.

REGIMENTO INTERNO

Tiago Zanolla

CONSIDERANDO O REGIMENTO INTERNO DO STM, JULGUE OS ITENS A SEGUIR:

24. O relator de um Habeas Corpus impetrado em favor de militar preso preventivamente apresentou relatório oral durante sessão do Conselho, dispensando a publicação em pauta no Diário da Justiça Eletrônico. Um dos membros da defesa protestou, sustentando cerceamento de defesa por ausência de publicação prévia. À luz do regime processual da Justiça Militar, tal protesto é procedente, salvo se o Habeas Corpus tiver caráter liminar.

25. Durante a tramitação de um novo feito no Superior Tribunal Militar, um dos Ministros identificou incompatibilidade entre a jurisprudência consolidada em Súmula anterior e as novas diretrizes interpretativas firmadas pelo Supremo Tribunal Federal. Diante disso, propôs a revisão da súmula vigente. De acordo com o Regimento Interno, é correto afirmar que qualquer Ministro pode propor a revisão da jurisprudência sumulada, com possibilidade de sobrestamento do feito, se conveniente.

26. Durante a fase de execução de um acórdão proferido pelo Plenário do STM, a defesa alega nulidade da decisão sob o fundamento de que o acórdão foi assinado apenas pelo Ministro que presidiu a sessão, sem subscrição do relator ou relator para o acórdão, além de ausência de publicação no Diário da Justiça Eletrônico. Segundo a norma regimental, tal alegação é procedente, pois o acórdão deve ser obrigatoriamente subscrito pelo relator ou relator para o acórdão e publicado no Diário da Justiça Eletrônico.

27. Joana, servidora civil requisitada pela Justiça Militar da União, foi surpreendida com ato administrativo que determinou sua devolução ao órgão de origem. Após 140 dias da ciência oficial do ato, Joana decide impetrar mandado de segurança, alegando nulidade da decisão por ausência de motivação. À luz do disposto regimental, é correto afirmar que a impetração é admissível, desde que Joana demonstre justo motivo para a demora na propositura da ação.

28. Carlos, oficial das Forças Armadas, foi declarado indigno para o oficialato por decisão proferida em Representação para Declaração de Indignidade (RDI), com base em sentença penal condenatória transitada em julgado na Justiça Militar da União. Anos depois, essa sentença foi revista e substituída por absolvição definitiva. À luz do Regimento Interno, é correto afirmar que Carlos poderá ingressar com Revisão Judicial – RDII, tendo como fundamento a superveniente absolvição na esfera penal.

29. Após sentença penal transitada em julgado que condenou um oficial das Forças Armadas à pena privativa de liberdade de quatro anos por crime comum, o Ministério Público Militar deixou de instaurar qualquer procedimento para apuração disciplinar. Passados dois anos da condenação, foi arguida a nulidade do cargo por manutenção indevida de oficial em situação de indignidade funcional. À luz da norma de regência, é correto afirmar que o Tribunal deve, de ofício, instaurar processo de indignidade sempre que houver condenação penal superior a dois anos.

30. Durante inspeção em um Conselho Permanente de Justiça, o advogado de um réu militar identificou irregularidades processuais reiteradas e formulou petição, indicando ofensa à normalidade institucional da jurisdição. Nos termos da norma regimental, o procedimento correto a ser seguido nessa hipótese é endereçar a petição diretamente ao Presidente do STM, que mandará autuá-la como Representação no Interesse da Justiça Militar, podendo decidir diretamente, no âmbito de suas competências, ou submeter a matéria ao Plenário, se assim entender.

31. Durante seu mandato, o Vice-Presidente do Superior Tribunal Militar solicitou licença por motivos particulares pelo prazo de 120 dias. A Presidência deferiu o afastamento, sem apreciação pelo Plenário. Diante da omissão, um Ministro suscitou dúvida quanto à manutenção da legitimidade do mandato. Nos termos da norma regimental, é correto afirmar que o mandato do Vice-Presidente está automaticamente extinto, por ter ultrapassado 90 dias de licença sem que o motivo fosse de saúde.

LEI Nº 8.112/1990 (REGIME JURÍDICO ÚNICO). LEI Nº 9.784/1999 (PROCESSO ADMINISTRATIVO). LEI Nº 11.416/2006 (CARREIRAS DO PODER JUDICIÁRIO

Rodrigo Bet

32. A posse em cargo público poderá ser realizada por meio de procuração genérica, desde que contenha poderes amplos para representação do outorgante.

33. O exercício consiste no efetivo desempenho das atribuições do cargo público e deve ter início no prazo de até quinze dias, contados da data da posse.

34. A readaptação ocorre quando é invalidada a demissão de servidor estável por decisão judicial ou administrativa, garantindo sua reinvestidura no cargo anteriormente ocupado, com direito à restituição de todas as vantagens.

35. É obrigatória a assistência de advogado em qualquer processo administrativo, nos termos da Lei nº 9.784/1999, garantindo-se ao administrado o pleno exercício da ampla defesa.

36. É permitida a delegação da edição de atos normativos e da decisão de recursos administrativos, desde que não haja vedação expressa em lei específica.

37. Após a conclusão da instrução de processo administrativo, a Administração Pública dispõe do prazo de até trinta dias para proferir decisão, podendo esse prazo ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que haja motivação expressa.

38. A existência de amizade íntima ou inimizade notória entre a autoridade administrativa e um dos interessados configura hipótese de impedimento e a autoridade deve ser afastada e não pode atuar no processo.

39. É vedada a nomeação de cônjuge, companheiro, ou parente até o terceiro grau, inclusive, de magistrado para cargo em comissão ou função comissionada no mesmo tribunal, salvo se a pessoa nomeada for ocupante de cargo efetivo do Judiciário, hipótese em que a restrição se limita a atuar diretamente com o juiz que gera a incompatibilidade.

RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 351/2020

Tiago Zanolla

40. No contexto da Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, instituída pela Resolução CNJ nº 351/2020, o Tribunal implantou uma nova política de escuta ativa e deliberação conjunta entre servidores, magistrados e usuários externos, promovendo ações integradas de diagnóstico institucional. Tal iniciativa está diretamente associada ao princípio da cooperação horizontal, que exige sempre a presença de autoridades máximas do Judiciário na deliberação.

41. Durante treinamento interno, servidores do Tribunal foram instruídos a considerar que condutas de assédio deveriam ser analisadas exclusivamente com base em intenções pessoais do agente, desconsiderando fatores estruturais e aspectos da organização do trabalho. Segundo as diretrizes da Resolução CNJ nº 351/2020, essa orientação está incorreta, pois a análise de assédio deve levar em conta aspectos socioculturais, organizacionais, institucionais e individuais.

42. Durante inspeção administrativa, apurou-se que, em determinado setor do Tribunal, a chefia imediata ignorava sucessivas denúncias de condutas desrespeitosas entre membros da equipe, alegando que "não se mete em conflito interpessoal", pois sua função se limitaria à supervisão técnica. À luz da Resolução CNJ nº 351/2020, tal postura é compatível com a função técnica do gestor, já que conflitos interpessoais devem ser resolvidos exclusivamente entre os envolvidos.

43. Em um caso de denúncia de assédio moral, após tentativa inicial de mediação, o servidor denunciante manifestou, por escrito, entender que a resolução consensual era inviável e solicitou a remessa da notícia à autoridade competente. À luz da Resolução CNJ nº 351/2020, essa solicitação é legítima, e autoriza o encaminhamento imediato à autoridade competente, inclusive para apuração disciplinar.

RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 400/2021

André Rocha

Sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário disposta pela Resolução CNJ nº 400/2021, julgue as assertivas a seguir.

44. Na composição dos indicadores de desempenho do Plano de Logística Sustentável (PLS), cada órgão deve selecionar, no mínimo, todos os indicadores presentes no Anexo da referida norma.

45. Os órgãos do Poder Judiciário devem monitorar os resultados dos indicadores de desempenho do Plano de Logística Sustentável (PLS) e de suas respectivas metas, bem como das ações previstas no plano de ações na periodicidade que for conveniente.

RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 401/2021

Ricardo Torques

46. Considerando a Resolução nº 401, de 16 de junho de 2021, que dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário, julgue o item que se segue.

É obrigatório efetivar a acessibilidade nos portais e sítios eletrônicos dos órgãos do Poder Judiciário às pessoas com deficiência, garantindo-lhes o pleno acesso às informações disponíveis, conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente.

47. Considerando a Resolução nº 401, de 16 de junho de 2021, que dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário, julgue o item que se segue.

Os(as) servidores(as) com deficiência poderão solicitar a inclusão dos símbolos internacionais de acessibilidade em suas carteiras de identidade funcional.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Fabiano Pereira

48. Em relação à Lei de Improbidade Administrativa n.º 8.429/1992, julgue o item subsequente.

Para que haja a caracterização de improbidade administrativa, a violação ao princípio da legalidade não pode ser genérica, devendo estar relacionada a condutas previstas em dispositivos específicos da lei.

49. Em relação à Lei de Improbidade Administrativa n.º 8.429/1992, julgue o item subsequente.

A celebração de parcerias entre entes da administração pública sem a observância das formalidades legais configura ato de improbidade administrativa que resulta em enriquecimento ilícito.

50. A respeito da ética na função pública, julgue o item seguinte.

Toda ausência do servidor de seu local de trabalho, quando injustificada, constitui elemento de moralização do serviço público.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS I

Júlia Branco

51. A Instrução Normativa CNJ nº 96/2023 estabelece que a comunicação social do CNJ deve promover a transparência, a publicidade, a acessibilidade e a impessoalidade, alinhando-se aos princípios constitucionais e aos valores da instituição.

52. As campanhas publicitárias no âmbito do CNJ podem ser desenvolvidas por qualquer setor do Conselho, desde que o conteúdo seja aprovado pela Secretaria de Comunicação Social (SCS).

53. A Política de Comunicação Social do CNJ, instituída pela Instrução Normativa nº 96/2023, veda o uso dos meios de comunicação para promoção pessoal de magistrados, conselheiros e servidores, mesmo quando as ações estejam relacionadas às suas funções institucionais.

54. O Comitê de Comunicação Social do Poder Judiciário, instituído pela Portaria CNJ nº 198/2019, é responsável por coordenar campanhas publicitárias, sem outras atribuições relacionadas aos processos de comunicação.

55. As diretrizes da comunicação social do CNJ incluem a valorização da diversidade étnica e cultural e o respeito à igualdade e às questões raciais, etárias, religiosas, de gênero e de orientação sexual.

56. Os tribunais devem possuir canais digitais de comunicação interna, que podem incluir listas de e-mails, aplicativos de mensagens e murais digitais, para garantir a transparência e a agilidade na transmissão de informações de forma obrigatória para magistrados, servidores ativos e inativos e terceirizados.

57. O Plano Complementar de Comunicação Interna dos Tribunais (PCCIT) substitui a política de Comunicação Social prevista na Resolução CNJ nº 85/2009.

58. A composição do Comitê de Comunicação Social do Poder Judiciário inclui, entre outros, representantes dos Tribunais Regionais Eleitorais, do Trabalho, Federais e de Justiça Estaduais.

59. A nomeação dos integrantes do Comitê de Comunicação Social do Poder Judiciário é feita pelo Supremo Tribunal Federal, com mandato de quatro anos, sem possibilidade de prorrogação.

60. As reuniões do Comitê de Comunicação Social do Poder Judiciário devem ocorrer mensalmente, com caráter deliberativo.

61. A Secretaria de Comunicação do STF está autorizada a integrar o Sistema de Comunicação do Poder Judiciário (SICJUS) como órgão central, atuando juntamente com a Secretaria de Comunicação do CNJ.

62. A comunicação pública tem como objetivo principal a promoção do interesse público, por meio da transparência, da prestação de contas e do acesso à informação para todos os cidadãos.

63. Entre os princípios da comunicação pública estão a acessibilidade, a transparência, a inclusão e a promoção da cidadania, todos prescindíveis para o fortalecimento da democracia.

64. A comunicação pública deve priorizar a linguagem técnica e formal para garantir a precisão, a clareza e a exatidão das informações transmitidas.

65. A transparência na comunicação pública é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal e pela Lei de Acesso à Informação, que estabelece diretrizes para a divulgação de informações de interesse público. Assim, a transparência passiva é o conceito da LAI diretamente relacionado à Comunicação Pública.

66. A comunicação pública deve ser centrada na promoção institucional dos órgãos públicos, visando fortalecer a imagem das instituições e aumentar a confiança da população.

67. A comunicação pública é restrita ao âmbito governamental e não envolve a participação de organizações da sociedade civil ou outras entidades privadas.

68. No radiojornalismo, o texto deve ser escrito de forma mais técnica, uma vez que o público não tem acesso ao conteúdo visual para complementar as informações.

69. A reportagem televisiva deve sempre seguir o formato da pirâmide invertida, começando pelo fato mais importante e gradualmente detalhando as informações secundárias.

70. A reportagem televisiva não deve utilizar elementos como barulhos de fundo em um VT para evitar distrações e garantir a objetividade da notícia.

71. O repórter de telejornalismo deve estar preparado para improvisar durante entradas ao vivo, adaptando-se rapidamente a mudanças no contexto e a interrupções inesperadas.

72. A objetividade é um dos princípios fundamentais do texto jornalístico, exigindo que as informações sejam apresentadas de forma clara, precisa e sem interpretações pessoais por parte do repórter.

73. O lead é a técnica de redação que consiste em apresentar, já no início do texto jornalístico, as informações mais importantes sobre o fato, respondendo às principais perguntas: o quê, quem, quando, onde, como e por quê.

74. As técnicas de apuração incluem a verificação de documentos, a checagem de dados, a criação de informações, o uso de bases de dados públicas e a consulta a especialistas para garantir a precisão das informações.

75. A estrutura da pirâmide invertida é usada principalmente no telejornalismo e no radiojornalismo, pois permite que a informação mais importante seja transmitida rapidamente ao público.

76. A reportagem é um gênero jornalístico que se diferencia da notícia por explorar o contexto, os antecedentes e as consequências de um fato, indo além da simples apresentação de informações básicas.

77. O "delay" é a diferença de tempo entre a transmissão ao vivo e o recebimento do sinal pelo público, causada por fatores técnicos como processamento de dados e satélites.

78. O "off" no telejornalismo refere-se à parte da narrativa em que o repórter narra os fatos sem aparecer em cena, enquanto as imagens do evento são exibidas na tela.

79. O termo "switcher" no telejornalismo refere-se a uma inserção curta e direta de informações, normalmente usada para destacar notícias rápidas ou atualizações de última hora.

80. A entrevista de personalidade, conforme a classificação de Nilson Lage, tem como objetivo principal explorar os aspectos pessoais e biográficos do entrevistado, destacando características que o diferenciam.

81. A entrevista de testemunho, segundo Nilson Lage, é focada em relatos pessoais que ajudam a contextualizar fatos e eventos, geralmente com forte apelo emocional.

82. Fontes testemunhais, segundo Nilson Lage, são aquelas que fornecem informações com base em conhecimentos técnicos e científicos especializados.

83. O uso de inteligência artificial (IA) no radiojornalismo permite automatizar a geração de boletins informativos, ao otimizar o tempo da equipe de produção, sempre sem comprometer a qualidade do conteúdo.

84. A IA pode contribuir para o radiojornalismo por meio de análises automatizadas de grandes volumes de dados, permitindo a construção de reportagens com base em evidências estatísticas.

85. Ferramentas de IA com geração de linguagem natural podem ser utilizadas para redigir scripts de rádio com base em dados brutos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS II

Orivaldo Júnior

86. A comunicação administrativa é considerada equivalente à comunicação interna, pois ambas organizam memorandos, ofícios e demais documentos que viabilizam o funcionamento dos fluxos internos de informação.

87. De acordo com Margarida Kunsch, o mix de comunicação integrada é composto por comunicação institucional, mercadológica, administrativa e interna; excluir qualquer uma dessas dimensões descaracteriza a integração pretendida.

88. No tocante aos fluxos informacionais, o fluxo transversal distingue-se por circular livremente, sem observar a hierarquia e sem direção definida, característica típica de empresas de estrutura horizontal.

89. Na literatura de planejamento, o planejamento é mais amplo que o plano, pois define objetivos e metas; o plano materializa, em cronogramas e ações, aquilo que foi concebido na etapa de planejamento.

90. Barreiras semânticas ocorrem quando há falhas físicas no canal de transmissão, como ruído ou interrupção elétrica durante uma videoconferência.

91. A reputação organizacional corresponde à soma entre identidade (o que a organização é) e imagem (como é percebida), consolidando-se ao longo do tempo.

92. Em comunicação, pode-se ser eficiente sem ser eficaz, quando os meios e canais são empregados corretamente, mas os objetivos finais da mensagem não são alcançados

93. Uma reunião presencial em que o diretor dialoga livremente com sua equipe caracteriza um ato comunicativo indireto-recíproco-público

94. A literatura afirma que a comunicação mercadológica é atribuição exclusiva do profissional de relações públicas, já que este detém o planejamento de toda a comunicação integrada.

95. O planejamento estratégico de comunicação possui visão de longo prazo, orienta níveis tático e operacional e inclui a análise de oportunidades e ameaças do ambiente externo; portanto, excluir essas variáveis compromete sua finalidade.

96. Em determinado órgão público, a área de comunicação decidiu iniciar uma campanha motivacional voltada aos servidores. O planejamento prevê palestras internas, oficinas de integração e distribuição de brindes. Segundo o Manual da FENAJ e as melhores práticas da área, todas essas atividades devem ser executadas pela assessoria de imprensa, visto que a função primordial desse setor é “melhorar o relacionamento do assessorado com todos os seus públicos”.

97. Uma equipe recém-contratada elaborou seu plano de assessoria em três fases: análise, ativação e avaliação. Argumenta que essas etapas contemplam todo o ciclo recomendado por Maristela Mafei, dispensando a fase de adaptação.

98. Ao compor o mailing list, um assessor de imprensa utilizou a “estratégia 360°”: enviou o release sobre inovação agrícola a todos os jornalistas da sua lista, independentemente da editoria, garantindo assim maior alcance. Essa prática está de acordo com a recomendação de segmentar o mailing por critérios de relevância.

99. No manual de classificação de releases, o tipo artigo permite que o assessor redija integralmente o texto técnico e o publique em espaço de opinião assinado pelo assessorado, pois a autoria corporativa justifica a ghost-writing.

100. Durante media training, o consultor orientou o diretor a evitar respostas diretas, limitando-se a repetir "sem comentários" até que o repórter desista. Tal conduta cumpre o propósito do media training, que é blindar o entrevistado contra pressões da imprensa.

101. Numa coletiva espontânea, surgida na saída de uma audiência pública, o assessor distribuiu releases, press-kits e exigiu que os repórteres enviassem perguntas previamente por e-mail antes de começarem a gravar. O procedimento está alinhado à natureza desse tipo de entrevista.

102. O clipping diário é utilizado exclusivamente em momentos de crise, para monitorar matérias negativas, não servindo como indicador de desempenho habitual da assessoria.

103. De acordo com o Código de Ética dos Jornalistas, o entrevistado representado por assessoria tem o direito de exigir, como condição para conceder entrevista, a leitura prévia da matéria antes da publicação, garantindo correção de eventuais "equívocos".

104. Diante de um acidente industrial com grande repercussão, o primeiro passo recomendado pelo Manual de Assessoria de Imprensa da FENAJ é não falar com repórteres até que todos os fatos sejam 100 % confirmados, evitando "informações precipitadas".

105. Na história da assessoria de imprensa, o precursor Ivy Lee ficou conhecido por ter divulgado, nos anos 1950, o primeiro boletim corporativo brasileiro, o Boletim Light, marcando o nascimento da atividade no país.

106. Sob a ótica de Mark Deuze, é correto afirmar que os pilares do webjornalismo resumem-se a instantaneidade e memória digital, pois a hipermídia (multimidialidade) e a navegação não-linear (hipertextualidade) configuram atributos tecnológicos periféricos, sem relevância para a reconfiguração da prática jornalística online.

107. A chamada terceira fase do webjornalismo inicia o emprego consistente de bases de dados e de inteligência artificial na apuração de pautas, reservando o uso de multimidialidade e hiperlinks apenas à quinta fase, quando se consolida a produção "cross-media".

108. Em um portal noticioso que oferece ao usuário opção de mudar cor do fundo, tamanho de fonte e escolha manual de editorias, o site pratica personalização de conteúdo, pois adapta automaticamente a experiência a partir de cookies e algoritmos de recomendação.

109. O Search Engine Optimization (SEO) aplicado ao webjornalismo visa aumentar a visibilidade orgânica das matérias; por isso, o Google penaliza títulos dentro do limite recomendado (até 60 caracteres) e prioriza textos sem meta-description, considerando-os mais "limpos" e, portanto, mais relevantes ao público.

110. Métricas de audiência, como "tempo médio na página" ou "taxa de rejeição", enquadram-se na categoria de métricas quentes, pois exigem cruzamento de dados de sentimento (net sentiment) e interpretação qualitativa para orientar decisões editoriais.

111. Estudos de García Avilés apontam que, no modelo de convergência integrada, redações distintas (impresso, rádio, TV, web) compartilham infraestrutura e pauta, mas mantêm linhas de produção separadas; já no modelo cross-media, a equipe é única, multitarefa e publica simultaneamente para todas as plataformas.

112. Em situação de desinformação viral, chamar uma notícia ainda não confirmada de boato é tecnicamente correto, pois o termo se aplica tanto a rumor quanto a informação deliberadamente falsa.

113. Quando a redação define previamente indicadores de impacto de uma série especial (downloads, doações geradas, políticas públicas alteradas) e acompanha esses dados após a publicação, está adotando a abordagem editorial de métricas, que a literatura distingue da abordagem genérica ou rudimentar.

114. A Reportagem Assistida por Computador (RAC) consiste, primariamente, em publicar conteúdo direto no X/Twitter a partir de dispositivos móveis, dispensando consulta a bases de dados e checagem documental, pois privilegia o tempo real sobre o aprofundamento investigativo.

115. Algoritmos de recomendação substituíram por completo o gatekeeping humano, tornando irrelevantes os critérios tradicionais de noticiabilidade na seleção de manchetes de portais – fenômeno chamado de desintermediação plena do jornalismo.

116. Durante um debate interno, um repórter recém-formado sustentou que, se seguisse estritamente o mandamento da Teoria do Espelho, bastaria descrever o "fato bruto" tal como ocorreu — livre de interpretações — pois, segundo essa teoria, o jornalismo funciona como um reflexo perfeito da realidade. À luz dessa argumentação, concluiu que a Teoria do Espelho é plenamente compatível com as vertentes construcionistas que defendem a notícia como resultado de mediações culturais.

117. Uma start-up de notícias anunciou que aboliria editores humanos e adotaria apenas algoritmos de curadoria, alegando que, dessa forma, eliminaria o "gatekeeping" descrito por Kurt Lewin e aprofundado por David White e pela Hierarquia de Influências de Shoemaker & Reese. Segundo a empresa, a remoção do gatekeeper humano suprime o nível "rotinas" dessa hierarquia, restando apenas os níveis organizacional e macro-social.

118. Numa reunião de pauta, a editora-chefe defendeu que, segundo a classificação de Nelson Traquina, o valor-notícia notabilidade pertence ao grupo de valores de construção, pois ajuda o repórter a decidir quais elementos de um fato deverão ser destacados depois que o acontecimento já foi escolhido como notícia.

119. Em 1955, Warren Breed demonstrou que a homogeneidade editorial de um jornal norte-americano não derivava apenas de ordens escritas, mas de um sistema de sanções formais (promoções, demissões) e informais (pressão de pares) que induzia repórteres a interiorizarem as políticas da empresa — fenômeno que a Teoria Organizacional descreve como "controle social na redação". À luz desse estudo, é correto afirmar que a linha editorial é internalizada pelos jornalistas, sobretudo por mecanismos de socialização e temor de punições.

120. Uma emissora lançou boletins diários sobre mudanças climáticas. Pesquisadores verificaram que, após um mês, a audiência passou a citar o tema como "principal problema do país" e a acreditar que a maioria das pessoas defendia medidas severas contra a emissão de carbono. O editor concluiu que o fenômeno ilustra a fase "second-level" da agenda-setting (saliência de atributos) combinada a efeitos previstos na Espiral do Silêncio, pois a cobertura alterou tanto a importância do assunto quanto a percepção de opinião dominante.

Discursiva

Redija um texto dissertativo, de até 30 linhas, sobre a importância da linguagem e as técnicas de produção jornalística, devendo abordar, de forma fundamentada, os seguintes aspectos:

1. Dê as definições de lide, sublide, linha fina e pirâmide invertida; **[valor: 12 pontos]**

2. Discorra sobre o papel da linguagem na divulgação dos fatos do mundo por meio do texto jornalístico; **[valor: 12 pontos]**

3. Explique como a credibilidade jornalística pode ser avaliada a partir da forma e do conteúdo do texto. **[valor: 14 pontos]**

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!

https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

http://estrategi.ac/assinaturas

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

http://estrategi.ac/ok1zt0